

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
COORDENADORIA DE MONOGRAFIA

ANA CAROLINA TURNES

**UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE OS CONCEITOS DE *GOODWILL* E CAPITAL
INTELECTUAL: elementos de natureza intangível**

Florianópolis
2004

ANA CAROLINA TURNES

**UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE OS CONCEITOS DE *GOODWILL* E CAPITAL
INTELECTUAL: elementos de natureza intangível**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Ciências contábeis, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Sandra Rolim Ensslin, Dra.

**Florianópolis
2004**

ANA CAROLINA TURNES

**UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE OS CONCEITOS DE *GOODWILL* E CAPITAL
INTELECTUAL: elementos de natureza intangível**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média _____, atribuída pela banca examinadora integrada pelos professores abaixo mencionados.

Prof. Luiz Felipe Ferreira, M.Sc
Coordenador de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Prof. Sandra Rolim Ensslin, Dra.

Prof. Luiz Alberton, Dr.

Prof. Bernadete Pasold, Dra.

Aos meus pais, David e Ivonete, que sempre me incentivaram nos estudos e me ensinaram que o amor é o maior dos sentimentos, e ao meu namorado Vinícius, por todo incentivo e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida e a maravilhosa família que tenho.

Agradeço de forma especial aos meus pais, David e Ivonete, pelo amor dedicado a mim, e por terem me dado oportunidade de estudar, deixando muitas vezes de realizar seus sonhos em prol da realização dos meus.

A meus irmãos, Cíntia, Marina e Tiago, por compartilharem comigo momentos de tristeza e de alegria.

A meu namorado Vinícius, pelo incentivo, compreensão e amor que teve comigo nos momentos difíceis.

A minha orientadora Professora Sandra, pelo carinho e ensinamentos a mim dispensados, pela dedicação nas horas de orientação e leitura do meu trabalho.

A minha grande amiga Ana Luiza, presente em vários momentos importantes de minha vida.

A minhas amigas de graduação, Ana Paula, Soraya, Taisa e Zingara, pelo companheirismo e amizade, e em especial à Elaine, que me acompanhou durante esses anos de graduação, sempre disposta a ouvir minhas histórias.

Finalmente, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, e que participaram de minha formação acadêmica, permitindo-me concretizar este primeiro passo de minha formação profissional.

Não basta ter belos sonhos para realizá-los. Mas ninguém realiza grandes obras se não for capaz de sonhar grande. Podemos mudar o nosso destino, se nos dedicarmos à luta pela realização de nossos ideais. É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de examinar com atenção a vida real, de confrontar nossa observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossa fantasia. Sonhos, acredite neles.

Lênin

RESUMO

TURNES, Ana Carolina. Uma reflexão teórica sobre os conceitos de *Goodwill* e Capital Intelectual: elementos de natureza intangível. 2004, 50f. Ciências Contábeis. Orientadora Sandra Rolim Ensslin, Dra. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Existe uma preocupação constante por parte de profissionais e pesquisadores, do mundo inteiro, sobre os ativos de natureza intangível. Esta preocupação justifica-se porque seu valor ultrapassa, na maioria das empresas, o valor dos bens de natureza tangível. Comprometidos em identificar esses valores intangíveis nos relatórios contábeis, vários artigos e livros que ressaltam esse assunto foram publicados. Na literatura pesquisada, percebe-se a inexistência de um conceito único aceito para alguns elementos intangíveis, o que parece ter levado a confusões, principalmente no que se refere ao tratamento do *goodwill* e capital intelectual, elementos estes que representam maior destaque no âmbito da contabilidade. O uso de tais conceitos sem um entendimento comum acaba por dificultar o processo de registro desses elementos na contabilidade. Dessa forma, reconhece-se a necessidade de existir senso comum nas terminologias adotadas para ativos intangíveis, *goodwill* e capital intelectual. Faz-se necessário desmistificá-las por meio de análise da literatura contábil. Este estudo objetiva a apresentação do *goodwill* e capital intelectual, elementos de natureza intangível, buscando desenvolver uma reflexão teórica em prol do entendimento dos conceitos desses elementos, e sugerir a inserção nos relatórios contábeis, especificamente no Balanço Patrimonial, segundo o conceito dos seus grupos patrimoniais.

Palavras-Chave: ativos intangíveis, *goodwill*, capital intelectual.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipos de ativos intangíveis	22
Figura 2 - Tratamento contábil dos ativos intangíveis.....	23
Figura 3 - Tipos de capital intelectual.....	33
Figura 4 - Capital intelectual versus <i>goodwill</i>	37
Figura 5 - Natureza dos ativos.....	41
Figura 6 - Exemplo de paralelo entre as nomenclaturas dos ativos de natureza tangível e intangível.....	42
Figura 7 - Ativos intangíveis, <i>goodwill</i> e capital intelectual.....	42
Figura 8 - Proposta de contabilização dos ativos intangíveis.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	APRESENTAÇÃO DO ASSUNTO.....	11
1.2	TEMA.....	12
1.3	PROBLEMA.....	12
1.4	JUSTIFICATIVA.....	12
1.5	OBJETIVOS.....	14
1.5.1	Objetivo Geral	14
1.5.2	Objetivo Específico	14
1.6	METODOLOGIA.....	14
1.7	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	16
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	17
2.1	ENTENDENDO OS ATIVOS INTANGÍVEIS.....	17
2.1.1	Ativo.....	17
2.1.2	Ativo intangível: sua natureza.....	19
2.1.2.1	Classificação dos ativos intangíveis.....	21
2.2	<i>GOODWILL</i> : O TODO INTANGÍVEL.....	24
2.2.1	Terminologia do <i>goodwill</i>.....	26
2.2.2	Tipos de <i>goodwill</i>: adquirido e criado	28
2.3	CAPITAL INTELECTUAL.....	31
2.3.1	As formas de capital intelectual.....	33
2.3.1.1	Capital humano.....	34
2.3.1.2	Capital estrutural.....	34
2.3.1.3	Capital de clientes.....	35

2.4	A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE <i>GOODWILL</i> E CAPITAL INTELECTUAL.....	36
3	UMA PROPOSTA DE ACOLHER OS CONCEITOS DE <i>GOODWILL</i> E CAPITAL INTELECTUAL NO ATIVO DIFERIDO.....	41
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	44
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO ASSUNTO

A contabilidade, desde a era industrial, acompanhou as devidas mudanças em seus relatórios contábeis. No entanto, mais especificamente nas décadas de 80 e 90, momento do surgimento da nova economia, tais demonstrações contábeis parecem não contemplar essa nova configuração, ou seja, há o reconhecimento de que novos elementos (advindos da sociedade do conhecimento) integram e modificam o patrimônio organizacional, sem, contudo, serem evidenciados.

Nesta nova configuração, existem elementos que adicionam valor ao patrimônio das empresas, os quais são denominados ativos intangíveis (AIs) ou seja, o patrimônio imaterial das organizações. Dentre os intangíveis a que mais atenção está sendo devotada, no âmbito da contabilidade, destacam-se o *goodwill* e o capital intelectual.

Nos últimos anos tem-se verificado uma ampla quantidade de publicações, no mundo e no Brasil, que tratam dos temas ativo intangível, capital intelectual e *goodwill*. De fato, são temas importantes a serem estudados, pois, se por um lado vivencia-se uma nova estrutura econômica, na qual o conhecimento é identificado como o principal elemento nas organizações, por outro, percebe-se também o uso de tais conceitos sem um entendimento e com inserção inadequada na área contábil.

Nesse contexto, ressalta-se a necessidade de desmistificar os conceitos relacionados aos elementos patrimoniais, como ativos intangíveis, *goodwill* e capital intelectual, junto à análise da literatura contábil, pois é fundamental promover um entendimento do que é contemplado por esses termos.

Assim, o estudo desses temas refere-se à importância de a contabilidade reconhecer e evidenciar os ativos intangíveis nos relatórios contábeis. Como ponto de partida para esse

processo, é preciso inicialmente proceder a uma reflexão teórica sobre os conceitos de *goodwill* e capital intelectual enquanto elementos de natureza intangível, para, posteriormente, analisar e sugerir a inserção destes elementos nos relatórios contábeis, mais especificamente no Balanço Patrimonial.

1.2 TEMA

Diante do exposto, o tema a ser desenvolvido nesta monografia é **uma reflexão teórica sobre os conceitos contábeis adotados para *goodwill* e capital intelectual.**

1.3 PROBLEMA

A contabilidade, na era do conhecimento, precisa identificar em seus relatórios os elementos intangíveis que compõem o patrimônio das empresas. Inicialmente, para esse fato se concretizar, faz-se necessário promover um entendimento dos conceitos dos ativos de natureza intangível, o *goodwill* e capital intelectual.

Diante desse fato, clama-se pelo seguinte questionamento: **reconhecendo-se a necessidade de existir uso de senso comum nas terminologias adotadas para ativos intangíveis, *goodwill* e capital intelectual, é necessário desmistificar seus conceitos por meio da análise da literatura contábil?**

1.4 JUSTIFICATIVA

No atual contexto econômico, há uma crescente preocupação das empresas em valorar os bens intangíveis. Esta situação é devida, em parte, à crescente evolução dos bens

imateriais na composição do patrimônio das empresas.

Dentre os elementos de natureza intangível, destacam-se na contabilidade o *goodwill* e capital intelectual. Hoje, eles têm sido alvo contínuo de discussões na classe contábil. Marion (2003, p. 1) afirma: “do Ativo Intangível os termos que mais se destacam é o Capital Intelectual e ‘*Goodwill*’, principalmente em função do desenvolvimento da era do conhecimento.”

Percebe-se, desse modo, que o assunto é, atualmente, muito discutido no âmbito empresarial, devido à relevância assumida pelos ativos intangíveis, que se tornam elementos principais na maioria das empresas nessa nova economia.

Se por um lado o *goodwill*, conceito estudado e conhecido pela contabilidade, não encontra tantas dificuldades quanto ao seu reconhecimento, por outro lado, surge um novo conceito, o capital intelectual, pouco associado à teoria da contabilidade.

Sobre capital intelectual aduz Sá (2002, p. 179):

O reconhecimento desse recurso humano, presente em todos os tipos de organização, como ativos capazes de produzir benefícios futuros para a mesma torna-se vital para identificar a parcela de contribuição que eles têm no resultado presente e futuro das entidades.

Antunes e Martins (2002, p. 1) ressaltam a “[...] importância de a contabilidade identificar e mensurar os elementos que compõem o capital intelectual[...]”.

Cabe ressaltar que não existe um entendimento aceito pela contabilidade sobre esses conceitos, tornando-se irrelevante falar de registro do capital intelectual, sem ao menos adotar conceito específico pela contabilidade.

Desse modo, torna-se oportuno, para o processo de reconhecimento dos ativos intangíveis, promover uma reflexão teórica com o intuito de esclarecer os conceitos de *goodwill* e capital intelectual, para então proceder à inserção desses elementos de natureza intangível nas demonstrações contábeis.

1.5 OBJETIVOS

Busca-se na presente pesquisa um objetivo de cunho mais geral que contemple a inserção do trabalho em uma tradição de pesquisa e objetivos de cunhos mais específicos evidenciando os caminhos percorridos na presente investigação. Esta divisão é feita a seguir.

1.5.1 Objetivo geral

Este estudo tem como objetivo geral promover uma reflexão teórica sobre os conceitos de *goodwill* e capital intelectual, enquanto elementos de natureza intangível, para posterior evidenciação na contabilidade.

1.5.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste estudo consistem em:

- conceituar ativo e ativo intangível;
- conceituar *goodwill* e capital Intelectual;
- desmistificar os conceitos de *goodwill* e capital intelectual;
- evidenciar os ativos de natureza intangível nos relatórios contábeis (Balanço Patrimonial)

1.6 METODOLOGIA

Com o intuito de realizar um estudo referente aos ativos intangíveis, fez-se necessário informar-se sobre o assunto através de uma pesquisa. Conforme Gil (1993, p. 19),

pesquisa é “[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.”

Do mesmo modo, segundo Marconi e Lakatos (1986, p. 44), “a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.”

Sendo assim, fez-se necessário adotar uma ordem de estudo e, para tanto, discriminar os métodos científicos. O método científico, no entendimento de Rey (1993, p. 9):

Tem por base a observação rigorosa e imparcial dos fatos; observação essa que deve ser capaz de distinguir, dentre os fenômenos que possam ocorrer em determinadas circunstâncias, aqueles que são relevantes para o estudo do problema em causa.

Nota-se que o pesquisador, ao analisar os métodos científicos, precisa ser imparcial e saber distinguir os fatos relevantes para a realização da pesquisa.

Ressalta-se que, para o desenvolvimento de uma pesquisa, é necessário um planejamento, que determinará os recursos e procedimentos para a eficácia do trabalho.

Segundo Ferrari (1974, p. 188):

Planejar significa o que deve ser feito, medido ou avaliado, quais as questões que devem ser assinaladas, a maneira de conduzir, enfim, a pesquisa em seus mais variados aspectos, considerando as teorias, hipóteses, variáveis, recursos, pessoal, equipamento, e assim por diante.

Como trata-se de um estudo exploratório, segundo Gil (1993, p. 45) “pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.”

Os procedimentos utilizados no trabalho baseiam-se em pesquisa bibliográfica e textos disponibilizados na “internet”. Segundo Gil (1993, p. 48), “a pesquisa bibliográfica é

desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

A presente pesquisa bibliográfica classifica-se como um trabalho científico, tratado especificamente por monografia.

Lakatos e Marconi (1986, p. 45) definem monografia como:

[...] um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina.

Portanto, após definidos o tema e o problema, desencadeou-se o processo de pesquisa, com o intuito de encontrar, através da literatura disponível, significativa relevância para os estudos contábeis.

1.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa concretiza-se nos estudos dos elementos de natureza intangível, *goodwill* e capital intelectual, com o intuito de esclarecer esses conceitos, uma vez que os mesmos não apresentam terminologias de uso comum pela classe contábil. Entretanto, após desmistificar esses conceitos será proposta uma forma de evidenciação para esses ativos nos relatórios contábeis.

Cabe esclarecer que a proposta será feita com base na literatura contábil, através de um estudo bibliográfico, na medida que se torna possível construir conclusões a partir de resultados obtidos por pesquisas selecionadas. Desse modo, a proposta de contabilização dos ativos intangíveis é realizada apenas para o goodwill objetivo, ou seja, referente a desembolso, uma vez que mesmo, sabendo da existência do goodwill subjetivo, este não será contemplado pois ainda não se encontra sólida fundamentação teórica para ele.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com o propósito de refletir sobre os conceitos de *goodwill* e capital intelectual, como sendo os elementos de natureza intangível do patrimônio das empresas, inicia-se uma revisão superficial do termo ativo. Em seguida, segue-se o estudo dos ativos intangíveis, examinados com respeito a sua classificação. Na seqüência, apresenta-se o enfoque central desta monografia, a saber: o *goodwill* e o capital intelectual.

2.1 ENTENDENDO OS ATIVOS INTANGÍVEIS

Para que se possa estudar os ativos intangíveis, faz-se necessário inicialmente, contextualizá-los como ativos. Neste sentido, nada mais natural do que apresentar definições de ativos. De posse deste entendimento, passa-se especificamente a estudar os ativos intangíveis, para que se contemple sua definição e classificação.

2.1.1 Ativo

Antes de abordar a definição de ativo intangível é preciso conceituar ativo. Segundo, Iudícibus, Marion e Pereira (2001, p. 20), “ativos são todos os bens e direitos de posse, controle ou propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou futuros para a entidade.”

Diante dessa afirmação, verificam-se as principais características exigidas para conceituar os ativos, pois eles precisam ser de controle da empresa, ser mensuráveis e representar benefícios presentes e futuros.

Iudícibus assim se manifesta a respeito dos ativos (1993, p. 97):

É a sua capacidade de prestar serviços futuros à entidade que os tem, individual ou conjuntamente com outros ativos e fatores de produção, capazes de transformar, direta ou indiretamente, em fluxos de entrada de caixa. Todo ativo, representa, direta ou indiretamente, uma promessa futura de caixa. Quando falamos indiretamente, queremos referir-nos aos ativos que não são vendidos como tais para realizarmos dinheiro, mas que contribuem para o esforço de geração de produtos que mais tarde se transformaram em disponíveis (ênfase adicionada).

A possibilidade de benefícios presentes ou futuros é característica da maioria dos ativos, pois é considerada, em muitos casos, um fator predominante no esforço de geração de riqueza que poderá se transformar em disponível, não apenas como um bem corpóreo.

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 286), “ativos devem ser definidos como potenciais de fluxos de serviço ou como direitos a benefícios futuros sob o controle da organização.”

Percebe-se, na definição acima, que os autores sugerem a inclusão de alguma estimativa do valor de recursos quando mencionam o potencial futuro de um bem ou serviço, aceitando tal situação, apesar da inexistência de uma transação.

O *Financial Accounting Standards Board FASB* (apud MONTEIRO e COELHO, 2001, p. 2) define ativos como “benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma dada entidade em consequência de transações ou eventos passados.”

Além deste comentário, nota-se também que as definições reforçam elementos comuns como: potencialidade de serviços, possibilidade de benefícios futuros, e a capacidade de mensuração em dinheiro.

Segundo Vasconcelos e Silva (2002, p. 44):

Os ativos de uma organização consistem um conjunto de elementos patrimoniais, tangíveis e/ou intangíveis disponíveis para a gestão do negócio, todavia, com potencialidade para gerar benefício em sentido lato (econômico, financeiro intelectual e social) independente da relação jurídica inerente (se de posse ou propriedade).

A referida citação ressalta a natureza dos ativos, os quais podem classificar-se como tangíveis e intangíveis. Os ativos são tangíveis, quando possuem uma existência física, e intangíveis quando não existem fisicamente.

Para o *International Accounting Standards Committee*, IASC ¹ (1998, p. 41), “muitos ativos, por exemplo, ativos imobilizados, têm uma forma física. Entretanto, a forma física não é essencial à existência de um ativo[...]”.

Portanto, não necessariamente a estrutura física é característica fundamental para ser ativo, pois muitos deles não a possuem, os quais são denominados ativos intangíveis.

2.1.2 Ativo intangível: sua natureza

Ativos intangíveis são bens incorpóreos, invisíveis, os quais não existem fisicamente. Segundo Marion (2003, p. 1), “[...] são bens que não se pode tocar, pegar, que passaram a ter grande relevância a partir das ondas de fusões e incorporações na Europa e nos Estados Unidos.”

Várias pesquisas sobre os ativos intangíveis demonstram o interesse pelo tema, que é estudado há mais de um século. Os clássicos latinos das doutrinas da contabilidade preocupavam-se com os estudos sobre os ativos intangíveis, e obras nacionais e estrangeiras, nas décadas de 40 a 60 do século XX, trataram competentemente dessa questão.

Para Masi (apud SÁ, 2000, p. 39),

O capital da empresa não representa apenas um agregado de elementos autônomos, variáveis por acréscimo ou redução, mas, sim, manifesta-se como um complexo econômico determinado em função não somente dos seus elementos constitutivos, mas também das relações que são de natureza complementar e que se agregam às funções instrumentais.

¹ Atualmente a sigla IASC foi alterada para International Accounting Standards Boards IASB

A séria transformação econômica e social dos últimos vinte anos exigiu recente postura na observação dos intangíveis.

De acordo com o IASC, (apud MONTEIRO e COELHO, 2001, p. 4), o ativo intangível é:

[...] não monetário, identificável sem substância física e usado no fornecimento de bens e serviços, desde que: seja controlado pela empresa como resultado de eventos no passado, e do qual sejam esperados benefícios econômicos futuros para a empresa.

Uma das características que o IASC considera para ser um ativo intangível é que ele seja de controle da empresa, e não menciona a propriedade. Dessa forma, basta que um bem ou direito esteja sob controle da organização, para que se classifique como ativo intangível.

Contudo, segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 402), os ativos intangíveis devem ser reconhecidos sempre que preencherem os seguintes requisitos:

- Correspondam à definição de ativo;
- Sejam relevantes: a informação é capaz de fazer diferença na tomada de decisões;
- Sejam mensuráveis: existência de um atributo relevante de mensuração suficientemente confiável;
- Tenham valor preciso: a informação é representativamente verdadeira, verificável e neutra.

Os mesmos autores complementam (1999, p. 391):

[...]deve-se exigir que os ativos intangíveis passem pelos mesmos testes de reconhecimento aplicados aos ativos tangíveis – nada mais, nada menos. Se passarem por esses testes, os intangíveis deverão aparecer nas demonstrações contábeis.

Embora fatores limitadores na evidenciação dos ativos intangíveis, como o grau de dificuldade na sua identificação, mensuração e avaliação, sejam motivos que impossibilitam a sua evidenciação, é possível que esses ativos sejam reconhecidos e avaliados da mesma forma que os ativos tangíveis.

Independentemente de não apresentar existência física e material, alguns ativos intangíveis possuem características para seu reconhecimento como ativos, e evidenciação nos relatórios contábeis.

Segundo Lev(2000, p. 5) um ativo intangível é uma expectativa de futuros benefícios que não possui uma personificação física ou financeira (ações ou bônus).

Os ativos intangíveis apresentam como uma das características principais seu benefício futuro, que faz deles um grande potencial de geração de riqueza, sendo a diferença percebida no patrimônio organizacional.

Portanto, há complexidade na definição de ativo intangível, pois não existe na contabilidade uma definição única aceita. Porém, não se questiona sua importância para as organizações, e se faz necessário que os pesquisadores da área contábil o evidenciem nos seus relatórios. Para tanto, é necessário esclarecer o conceito dos ativos intangíveis, respeitando os princípios contábeis, pois só assim a contabilidade poderá justificar em seus relatórios a evidenciação dos ativos intangíveis.

2.1.2.1 Classificação dos ativos intangíveis

A classificação dos ativos intangíveis é interpretada de maneiras diferentes pelos estudiosos da contabilidade. Esse assunto exige destaque, pois interfere diretamente no entendimento dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis.

Conforme Sveiby (1998, p. 12), os ativos invisíveis constantes no balanço patrimonial de uma organização podem ser classificados como um grupo de três elementos: competência do funcionário, estrutura interna e estrutura externa. A competência do funcionário envolve a capacidade dele em diversas situações para criar tanto ativos tangíveis como intangíveis. A estrutura interna inclui patentes, conceitos, modelos e sistemas

administrativos e de computadores. Por fim, a estrutura externa, que inclui relações com clientes e fornecedores, bem como marcas, marcas registradas e a reputação ou imagem da empresa. Sinteticamente esses três grupos de ativos intangíveis, abordados por Sveiby, são apresentados na figura 1, a seguir:

Ativos Intangíveis		
Estrutura Externa (marcas, relações com clientes e fornecedores)	Estrutura Interna (a organização: gerência, estrutura legal, sistemas manuais, atitudes, P&D, software)	Competência Individual (escolaridade, experiência)

Figura 1: Tipos de ativos intangíveis

Fonte: Adaptada de Sveiby (1998, p. 14)

Nota-se que os subgrupos que compõem os ativos intangíveis, para Sveiby, coincidentemente são os subgrupos integrantes do capital intelectual para Padoveze (conforme poderá ser verificado na subseção 2.3.1).

Schmidt e Santos (2002, p. 14) abordam especificamente os itens pertencentes ao grupo dos ativos intangíveis:

- Gastos de implantação e pré-operacionais
- Marcas e nomes de produtos
- Pesquisa e desenvolvimento
- *Goodwill*
- Direitos de autoria
- Patentes
- Franquias
- Desenvolvimento de software
- Licenças
- Matrizes de gravação
- Certos investimentos de longo prazo.

Neste sentido, o autor interpreta como sendo um dos ativos intangíveis o *goodwill*.

Diante do exposto, torna-se necessário evidenciar os principais ativos intangíveis e sua

classificação conforme segue a figura:

CONTAS	GRUPO DO ATIVO
Marcas, direitos ou patentes industriais	Permanente – Imobilizado
Franquias	Despesas operacionais ou Ativo diferido
Gastos de implantação e pré – operacionais	Ativo Diferido
Pesquisa e Desenvolvimento	Ativo Diferido
Direitos Autorais	Despesas ou Ativo Diferido
Desenvolvimento de Software	Despesas ou Ativo Diferido

Figura 2: Tratamento contábil dos ativos intangíveis

Fonte: Adaptada de Carneiro (2003, p. 3)

É evidente que a contabilização dos ativos intangíveis apresentados é registrada pelo valor de entrada, e eles podem ser classificados tanto no ativo como em despesas, e inclusive como custos, pois não existe nenhum grupo ou subgrupo para a evidenciação em contas de ativos intangíveis.

Entretanto Sá (2000, p. 39) enumera os ativos intangíveis de maneira um pouco diferente:

- Ponto comercial
- Marca de fábrica
- Clientela
- Investimentos gerais e os das qualidades das estruturas organizacional e administrativa
- Imagem institucional e nome da empresa
- Patentes de invenção
- Direitos de autor
- Concessões
- Permissões
- Licenças, garantias e franquias
- Modelos
- Acordos comerciais em relação à concorrência dos mercados
- Tradição
- Recursos e capacidade intelectual humana de experiência, cultura, habilidade, criatividade e liderança

Percebe-se que Schmidt e Santos apresentam explicitamente o termo *goodwill*. Na

análise de Sá (2000), o autor não trata de forma explícita, mas este é percebido em elementos como tradição, recursos e capacidade intelectual humana de experiência, cultura, habilidade, criatividade e liderança. Neste sentido, cabe um maior aprofundamento deste elemento, o *goodwill*.

2.2 *GOODWILL*: O TODO INTANGÍVEL

O tema *goodwill* envolve complexidade, pois nele incorporam-se outros elementos, os quais representam os ativos intangíveis.

De posse deste entendimento, Iudícibus (1981, p. 198) afirma que o *goodwill* é “[...] o elemento mais intangível dos intangíveis”, pois seu valor está intimamente relacionado a outros intangíveis não identificáveis.

Sobre esse aspecto Iudícibus (1981, p. 196) expõe três versões para *goodwill*:

1. como o excesso de preço pago pela compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos; nas consolidações;
2. como o excesso de valor pago pela companhia-mãe por sua participação sobre os ativos líquidos da subsidiária; e
3. como o valor atual dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade.

Nota-se, nas versões apresentadas, que as duas afirmações iniciais são caracterizadas pelo processo de venda, em situações de fusões, cisões e incorporações de empresas. Entretanto, a terceira afirmação remete aos casos em que não é realizado desembolso efetivo, o qual caracteriza-se pelo *goodwill* subjetivo.

Schmidt e Santos (2002, p. 45) corroboram com a afirmação:

Goodwill é aquele “algo mais” pago sobre o valor de mercado do patrimônio líquido das entidades adquiridas, devido a uma expectativa (subjetiva) de lucros futuros além de seus custos de oportunidade, resultante da sinergia existente entre os ativos da entidade”.

Na concepção de Antunes e Martins (2002, p. 2), “*goodwill*, que nada mais é do que a diferença entre o que vale a empresa como um todo, funcionando, e a soma algébrica do valor de mercado dos elementos patrimoniais contabilizados.”

Para o autor, o valor da empresa envolve não só bens tangíveis, mas sim outros elementos intangíveis que, funcionando juntos, potencializam a riqueza patrimonial.

Nota-se diferença na concepção dos dois autores. Enquanto Antunes e Martins avaliam o *goodwill* pela funcionalidade dos bens tangíveis e intangíveis na potencialidade de geração de riqueza, Schmidt considera o *goodwill* pela expressão conhecida por ágio.

É notória essa diferença e Marion (2003, p. 4) afirma que “a diferença entre o valor da empresa e o valor contábil dos ativos e passivos é denominado nos meios contábeis de ágio e não *goodwill*.”

É importante ressaltar que *goodwill* e ágio são conceitos distintos. O ágio nada mais é do que a diferença do valor de venda da empresa pelo valor contábil. No tocante ao *goodwill*, estão envolvidos, dentro dele, elementos intangíveis, muitos dos quais conhecidos pela organização, porém não identificados.

Entretanto, é cabível aceitar que *goodwill* seja considerado o produto da sinergia existente na entidade, que resulta do trabalho em conjunto dos outros ativos existentes.

Neste trabalho, a autora propõe que o *goodwill* compreendena, além do proposto na apresentação inicial, também o *goodwill* proeminente do desembolso, denominado *goodwill* adquirido. Conforme sua discussão na subseção 3, no momento em que a organização investir no desenvolvimento de um processo de trabalho interno, os gastos incorridos serão, segundo a proposta deste trabalho, considerados como um ativo intangível que proporciona benefício

futuro à organização.

2.2.1 Terminologia do *goodwill*

Em se tratando dos conceitos de *goodwill*, depara-se com dois sinônimos para o mesmo: fundo de comércio e aviamento. Entretanto, existem diferenças importantes a ressaltar.

Segundo Schmidt e Santos (2002, p. 37) “[...] é importante destacar que a expressão *fundo de comércio* foi utilizada durante muito tempo erroneamente como sinônimo de *Goodwill*.”

Martins (apud MONOBE 1986, p. 45) corrobora a afirmação acima:

[...] tem-se utilizado, no Brasil, de forma imprópria, o termo “Fundo de Comércio” como sinônimo de “goodwill” – a improbidade começa com a utilização do termo “fundo”, cuja conotação é diversa da atribuída e termina com a vinculação ao comércio.

Percebe-se que a expressão fundo de comércio, como sinônimo para *goodwill*, não é bem aceita. Conforme Martins F. (2002, p. 327), fundo de comércio são bens corpóreos e incorpóreos, que têm por finalidade facilitar o exercício da profissão comercial, atraindo fregueses para quem a exerce. Porém, existem inúmeras espécies de atividades comerciais, sendo que os meios empregados pelos comerciantes também variam. Entretanto, há uma finalidade comum, segundo Martins F (2002, p. 327): “[...] os elementos empregados pelos comerciantes para exercerem com sucesso as suas atividades sempre visam a atrair a freguesia. A tais elementos dá-se o nome de fundo de comércio.”

São notórias as limitações do conceito de fundo de comércio, pois apenas abrangem a atividade mercantil.

Martins (2003, p. 37) afirma que a expressão fundo de comércio como sinônimo de *goodwill* deve-se ao fato de que tem sido utilizada para expressar dois significados diversos:

- Os meios necessários ao funcionamento da entidade, que é um conceito mais abrangente que o de *goodwill*, pois inclui também alguns ativos tangíveis, como estoque, imóveis etc.;
- Os fatores intangíveis, que auxiliam na obtenção de lucros, tais como localização estratégica, condições monopolísticas etc.

Todavia, a expressão fundo de comércio é mais utilizada e aceita nos termos jurídicos, os quais se distanciam muito das idéias contábeis, representando o conjunto de bens tangíveis e intangíveis, que compõem e facilitam a atividade mercantil.

O *goodwill* é um termo utilizado pela contabilidade e abrange a funcionalidade dos bens tangíveis, em prol dos bens intangíveis, ocasionado uma sinergia entre eles, correspondendo ao *goodwill* subjetivo.

Outro sinônimo atribuído a *goodwill*, aviamento, é uma expressão portuguesa. Sobre esse aspecto Requião (apud SILVA, 2001, p. 23) discorre:

[...] é um fato evidente que a empresa constitui uma atividade organizada contendo vários elementos, ou o estabelecimento comercial com vários bens, e o valor corrente desse complexo é maior que a soma dos elementos isolados. Essa mais valia constitui, precisamente, o que o Direito denomina de aviamento[...]

Portanto, tanto as expressões fundo de comércio como aviamento são utilizadas na literatura jurídica, sendo conceituadas como a diferença entre a soma dos elementos patrimoniais da empresa e o valor dos bens tangíveis e intangíveis.

Cabe ressaltar que o *goodwill*, enquanto ativo intangível, traz a perspectiva de benefício futuro à entidade, capacitando-a perante a concorrência, fato este que ocorre com os conceitos fundo de comércio e aviamento.

O conceito de *goodwill* adotado neste trabalho é bem mais abrangente: ele incorpora todos os elementos de natureza intangível, quer sejam de fonte objetiva ou subjetiva, que

tenham expectativa de promover benefícios futuros.

2.2.2 Tipos de *goodwill*: adquirido e criado

Existem duas interpretações para o *goodwill* na Contabilidade. Antunes e Martins (2002, p. 1) destacam dois tipos de *goodwill*, o adquirido e o criado (também denominado por alguns autores de *goodwill* subjetivo).

Para os referidos autores, “o *goodwill* adquirido são identificadores de um valor a mais para empresa que somente se materializa quando ela é vendida.”

Vieira (apud GONÇALVES, 2003, p. 41) corrobora a afirmação acima, ao manifestar que o *goodwill* adquirido corresponde “[...] ao saldo devedor ou credor que aparece no balanço quando de fusões, incorporações ou cisões de empresas diferentes, e que a Contabilidade registra como ágio ou deságio de Investimentos.”

Nota-se, que o *goodwill* adquirido, além de ser de fácil identificação, tem o seu valor geralmente relacionado ao processo de venda. Relaciona-se com o conceito de ativos intangíveis identificáveis. Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 388), “o fato de que pode ser dado um nome a um ativo intangível geralmente indica que se trata de um ativo identificável.”

Com base nas citações acima apresentadas, o *goodwill* adquirido é identificado quando do processo de venda. Entretanto, ao analisar com cuidado o posicionamento de Antunes e Martins (2002, p. 2, grifo nosso), percebe-se a possibilidade de, também, considerarmos como *goodwill* adquirido, todo aquele aspecto proveniente de um desembolso: “[...]costuma ser denominado *Goodwill* Criado ou *Goodwill* Subjetivo, passando a Adquirido quando alguém efetivamente paga por ele”.

Conforme apontado no início desta subseção, o *goodwill* pode ser adquirido ou

criado. Será abordado agora o *goodwill* criado/subjetivo. Para tanto, compara-se seu conceito com os ativos intangíveis não identificados, sendo natureza subjetiva, o que dificulta o seu reconhecimento.

De acordo com Antunes e Martins (2002, p. 2) “[...] quando existe de forma latente, mas percebida, porém sem registro contábil, costuma ser denominado *Goodwill* Criado ou *Goodwill* Subjetivo, passando a Adquirido quando alguém efetivamente paga por ele.”

Percebe-se que o *goodwill* subjetivo não é registrado pela contabilidade, pois, por ser de caráter subjetivo, não se convencionou ainda um conceito de mensuração e evidenciação, em acordo com os princípios geralmente aceitos pela contabilidade brasileira, para tal registro.

Para Vieira (apud GONÇALVES, 2003, p. 44) o *goodwill* subjetivo é:

[...] difusamente identificado como valorização extra dos ativos da empresa, resultado de investimentos em seu pessoal – mediante treinamento e outras formas de valorização profissional – efeitos de gastos em propaganda e marketing, valorização do ponto de localização, e que, historicamente a Contabilidade tem relatado em evidenciar.

Os elementos identificados a mais na empresa podem ser sentidos, e gerenciados, porém não são explicados pela contabilidade por meio das demonstrações contábeis.

Salienta Monobe (1986, p. 107):

A mistura do *goodwill* adquirido e não adquirido, sempre vai ocorrer, na medida em que houver aquisições de outras empresas e pode-se afirmar que não será possível um tratamento adequado do *goodwill* adquirido, se o não adquirido continuar a ser ignorado.

O autor acrescenta que “[...] após a aquisição, o *Goodwill* adquirido confunde-se com o não adquirido, passando a existir apenas um único *Goodwill*, o *Goodwill* da empresa.” (MONOBE, 1986, p. 160)

Todavia, cabe ressaltar que para os ativos intangíveis criados várias outras situações

mais complexas tornam seu processo de registro mais difícil. Cita-se como exemplo desta situação as operações com gastos de pesquisa e desenvolvimento, pois, quando desenvolvidos, os custos relativos à pesquisa e desenvolvimento são classificados no ativo diferido. Logo, o crescimento financeiro da empresa, gerado por um favorável desenvolvimento pelo processo da pesquisa, não é contabilizado.

Diante desse fato, é notório que a contabilidade torna-se frágil, pois em base de uma rigorosa legislação, não está conseguindo acompanhar as mudanças ocorridas no mercado empresarial.

Para Antunes e Martins (2002, p. 1):

[...] espera-se propiciar um melhor entendimento sobre a questão dos intangíveis para a Contabilidade e despertar nos pesquisadores da área contábil o interesse por questões que realmente venham a contribuir para a evolução do conhecimento contábil, a fim de que a Contabilidade possa, também, ser eficaz no tratamento dos elementos intangíveis que impactam cada vez mais o valor das organizações.

A contabilidade, como agente fornecedora de informações aos seus usuários, precisa divulgar conclusões verdadeiras referentes ao patrimônio empresarial, e evidenciar os ativos intangíveis é fundamental no processo atual.

O que se identificou, explicitamente, na literatura pesquisada foi que o registro do *goodwill* se concretiza apenas quando ele é adquirido, no caso de compra de empresas.

Entretanto, conforme já sugerido, o *goodwill* adquirido por desembolso também seria passível e acolheria esta terminologia em função de seu conceito, da mesma forma o *goodwill* subjetivo.

Neste momento, cabe esclarecer o conceito do capital intelectual, tão em voga no contexto social - econômico da atualidade.

2.3 CAPITAL INTELECTUAL

Com as grandes mudanças ocorridas na economia mundial, a revolução tecnológica e a concorrência entre as empresas, passou-se a ter um novo recurso econômico, sendo este um dos elementos principais nas empresas da era do conhecimento: o capital intelectual.

Segundo Brooking (*apud* ANTUNES e MARTINS 2003, p. 3), o capital intelectual é:

Uma combinação de ativos intangíveis, frutos das mudanças nas áreas da tecnologia da informação, mídia e comunicação, que trazem benefícios intangíveis para as entidades e que capacitam o seu funcionamento, classificados em: Ativos de Mercado, Ativos Humanos, Ativos de Propriedade Intelectual e Ativos de Infra-Estrutura.

O capital intelectual é considerado uma combinação de ativos intangíveis, que proporciona à empresa expectativa de benefícios futuros, gerando riqueza à organização através da sua funcionalidade.

Conforme Iudícibus e Marion (2003, p. 37):

A princípio se falava muito em capacidade intelectual humana. Com o tempo adicionaram-se à inteligência, ao conhecimento existente dentro da empresa, outras variáveis, tais como: marcas, patentes, *designs*, liderança tecnológica, clientes, lealdade de clientes, tecnologia de informação, treinamento de funcionários, indicadores de qualidade, relacionamento com fornecedores, desenvolvimento de novos produtos.

Nota-se, ao conceituar o capital intelectual, que o autor não caracteriza somente a capacidade intelectual humana, mas também marcas, patentes, *designs*.

Conforme Schmidt e Santos (2002, p. 179), o capital intelectual divide-se em quatro categorias:

- ativo de mercado: potencial da entidade com seus intangíveis relacionados com o mercado, tais como marca, lealdade dos clientes, negócios em andamento (backlog), canais de distribuição, franquias e etc.;

- ativos humanos: benefícios que o indivíduo pode proporcionar à organização, tais como expertise, criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, vistos de forma coletiva e dinâmica;
- ativos de propriedade intelectual: são aqueles que necessitam de proteção legal para proporcionar benefícios futuros para a organização, tais como *Know-how*, segredos industriais, copyright, patentes, *design*, etc.
- ativos de infra-estrutura: incluem tecnologias, metodologias e processos empregados tais como cultura, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação de riscos, banco de dados e clientes etc.

Verifica-se, na classificação anterior citada, uma mistura de vários ativos intangíveis não identificados, o que, segundo Schmidt e Santos (2002, p. 179), “[...] faz com que haja uma superposição de intangíveis que dificulta o entendimento do referido conceito.”

Ao conceituar capital intelectual Edvinsson e Malone (1998, p. 9) utilizam uma linguagem metafórica:

Talvez a melhor forma de compreender o papel do Capital Intelectual seja por meio de metáfora. [...] Se considerarmos uma empresa como um organismo vivo, digamos uma árvore, então o que é descrito em organogramas, relatórios anuais, demonstrativos financeiros trimestrais, brochuras explicativas e outros documentos constitui o tronco, os galhos e as folhas. [...] Presumir, porém que essa é a árvore inteira, por representar tudo que seja imediatamente visível, é certamente um erro. Metade da massa, ou o maior conteúdo dessa árvore, encontra-se abaixo da superfície, no sistema de raízes.

Os autores complementam:

O valor oculto de uma empresa é o sistema de raízes daquela árvore. Para que a árvore floresça e produza frutos, ela precisa ser alimentada por raízes fortes e saudáveis. E da mesma maneira que a qualidade do fruto de uma árvore depende de seu conjunto de raízes, a qualidade da organização empresarial da companhia e a solidez de seu capital financeiro constituem igualmente uma função de seus valores ocultos.(EDVINSSON e MALONE, 1998, p. 28).

O capital intelectual é um elemento de natureza intangível. Portanto, é um ativo intangível. Dessa forma, para melhor compreensão de seu conceito segue-se o trabalho detalhando-se as formas de capital intelectual.

2.3.1 As formas de capital intelectual

O capital intelectual é de fundamental importância para o crescimento de uma empresa. Seu valor é um conjunto que engloba o conhecimento, experiência, habilidade, tecnologia de informação, relacionamento com clientes e fornecedores, que adicionam valor ao patrimônio empresarial.

O capital intelectual forma-se através da junção do capital humano, capital estrutural e capital de clientes. Padoveze (2000, p. 9) ilustra, através da figura abaixo, os tipos de capital intelectual:

<i>Tipos de Capital Intelectual</i>	
<p><i>Capital humano</i> Conhecimento (Know – hom) Educação Qualificação vocacional Conhecimento relacionado com trabalho Taxas ocupacionais Taxas psicométricas Competência relacionadas com trabalho Inovação, elo dos empreendedores, habilidades reativas, proativas e de mudanças Acordo de franchising</p>	<p><i>Capital de clientela</i> Filiais Clientes Lealdade dos clientes Nomes da empresa Pedidos em carteira Canais de distribuição Colaborações em negócios Acordos de licenciamento Contratos favoráveis</p>
<p><i>Capital organizacional (estrutural)</i> <i>Propriedade intelectual</i> <i>Patentes</i> <i>Direitos (copyrights)</i> <i>Direitos de pesquisa</i> <i>Marcas secretas</i> <i>Marcas registradas</i> <i>Marcas de serviço</i></p>	<p><i>Ativos de infra-estrutura</i> <i>Filosofia gerencial</i> <i>Cultura corporativa</i> <i>Processos gerenciais</i> <i>Sistemas de informação</i> <i>Sistemas de redes de trabalho</i> <i>Relações financeiras</i></p>

Figura 3: Tipos de capital intelectual

Fonte: Extraída de Padoveze (2000, p. 9)

Para reconhecer o devido tratamento contábil do capital intelectual faz-se necessário abordar esses três conceitos.

2.3.1.1 Capital humano

Vivencia-se a era do conhecimento, momento no qual as informações geradas aumentam em grande velocidade, e o capital humano se faz presente, sendo um dos principais potencializadores de geração de riqueza.

O capital humano engloba o conhecimento, experiência, habilidade, os valores e a cultura da empresa, os quais estão sob o domínio dos funcionários. O capital humano refere-se ao indivíduo e a tudo que ele pode oferecer como recurso empresarial.

Segundo Padoveze (2000, p. 5) “a questão das pessoas dentro da organização, como fator chave de competitividade, é uma constatação inquestionável. São as pessoas, dentro de uma organização, que geram a eficiência, eficácia e produtividade.”

Entretanto, o capital humano apresenta peculiaridades, pois não é de propriedade da empresa, e, em muitos casos, o investimento feito pelas organizações em seus funcionários é detido pelo próprio funcionário, intelectualmente. Segundo Padoveze (2000, p. 6), “[...] o investimento que as empresas fazem em seus trabalhadores tem uma via de mão dupla, pois beneficia a ambos.”

Dessa forma, o ser humano executando sozinho, suas funções e idéias em uma empresa, seria impossível para a evolução de uma empresa; é necessário que o capital humano se apóie nos capitais estrutural e de clientes.

2.3.1.2 Capital estrutural

O capital estrutural é o alicerce de apoio ao capital humano. Composto por bens que pertencem à empresa, inclui fatores como a qualidade, o alcance dos sistemas informatizados, a imagem da empresa, os bancos de dados exatos, os conceitos organizacionais, a

documentação, marcas registradas, patentes e direitos autorais.

Conforme Schmidt e Santos (2002, p. 183), “o capital estrutural é a transformação do conhecimento dos indivíduos em um ativo da entidade, por meio da melhoria contínua e do compartilhamento da criatividade e da experiência.”

Diante dessa afirmação, percebe-se que o capital estrutural é produzido pelo capital humano. Entretanto, quanto melhor for o capital estrutural maiores serão as condições e possibilidades de existir um capital humano eficiente.

Assim, o capital humano e estrutural interagem, sendo que, através do talento das pessoas que compõem o capital humano, evolui o capital estrutural e de clientes.

2.3.1.3 Capital de clientes

O capital de clientes é o resultado da relação existente entre a empresa e o cliente. Segundo Edvinsson e Malone (1998, p. 33), “o relacionamento com o cliente é de importância fundamental para o valor da empresa.”

Desse modo, é necessária a interação entre os funcionários da empresa e seus clientes, existindo assim uma troca de confiança. Diante da concorrência empresarial e da velocidade tecnológica, investir nos clientes é gerar benefícios intangíveis, e capacitar os funcionários através de um plano estratégico direcionado aos clientes possibilita uma relação de fidelidade, tornando assim a empresa mais competitiva.

Conforme Sveiby (1998, p. 140),

Os clientes oferecem treinamento aos funcionários; eles podem ser usados como referências; conversam uns com os outros e, com isso, fazem a propaganda e a imagem de uma organização, além de incentivar o desenvolvimento da competência com suas exigências.

Desse modo, os clientes são especialmente importantes para as organizações do

conhecimento, pois eles interferem na imagem, na organização e na competência dos funcionários.

Diante dos conceitos apresentados, cabe, neste momento, estabelecer a relação existente entre o capital intelectual e o *goodwill*.

2.4 A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE *GOODWILL* E CAPITAL INTELECTUAL

Ao analisar o que foi até então discutido, percebe-se que a relação existente entre o *goodwill* e capital intelectual é a sua natureza intangível.

Cabe ressaltar, conforme Antunes e Martins (2002, p. 4), que:

[...] o Capital Intelectual identifica alguns elementos do *Goodwill* e os demais podem ser atribuídos aos elementos resultantes da evolução da sociedade, principalmente àqueles decorrentes do desenvolvimento tecnológico e da aplicação do recurso do conhecimento.

Dessa forma, o *goodwill* apresenta-se como um conceito mais abrangente do que o capital intelectual. No *goodwill* integram-se valores intangíveis não identificados e aqueles identificados como capital intelectual.

O capital intelectual é formado de vários ativos intangíveis que, muitas vezes, já são contabilizados no *goodwill*, porém sem definição específica de cada elemento.

Portanto, torna-se evidente que capital intelectual e *goodwill* não são sinônimos, pois o capital intelectual integra o *goodwill*.

A fim de expressar a conexão entre *goodwill* e capital intelectual, apresenta-se quadro comparativo, a partir dos conceitos de *goodwill* e capital intelectual, conforme Antunes e Martins (2002, p. 3-4):

<i>Fatores que geram o Goodwill</i>	<i>Fatores que geram o capital intelectual</i>
• Administração superior.	• Conhecimento, por parte do funcionário, do que representa o seu trabalho para o objetivo global da companhia
• Organização ou gerente de vendas proeminente.	• Funcionário tratado como um ativo raro
• Fraqueza na administração do competidor	• Esforço da administração para alocar a pessoa certa na função certa, considerando suas habilidades.
• Propaganda eficaz.	• Existência de oportunidade para desenvolvimento profissional e pessoal
• Processos secretos de fabricação	• Avaliação do retorno sobre o investimento
• Boas relações com os empregados.	• Identificação do Know-how gerado pelo P&D
• Crédito proeminente como resultado de uma sólida reputação.	• Identificação dos clientes recorrentes
• Excelente treinamento para os empregados.	• Existência de uma estratégia proativa para tratar a propriedade intelectual
• Alta posição perante a comunidade conseguida através de ações filantrópicas e participação em atividades cívicas por parte dos administradores da empresa.	• Mensuração do valor da marca
• Desenvolvimento desfavorável nas operações do competidor.	• Avaliação do retorno sobre o investimento realizado em canais de distribuição
• Associações favoráveis com outra empresa.	• Sinergia entre os programas de treinamento e os objetivos corporativos
• Localização estratégica.	• Existência de uma infra-estrutura para ajudar os funcionários a desempenhar um bom trabalho
• Descoberta de talentos ou recursos	• Valorização das opiniões dos funcionários
• Condições favoráveis com relação aos impostos.	• Participação dos funcionários na elaboração dos objetivos traçados
• Legislação favorável.	• Encorajamento dos funcionários para inovar
	• Valorização da cultura organizacional

Figura 4: Capital intelectual versus goodwill

Fonte: Extraída de Antunes e Martins (2002, p. 3 e 4)

Ao analisar a declaração de Brooking (apud SCHMIDT e SANTOS, 2002, p. 184) nota-se que “[...] o capital intelectual começou quando o primeiro vendedor estabeleceu um bom relacionamento com seu cliente, o que denominou de *goodwill*.”

Percebe-se a existência desta relação, pois, apesar de não mencionar, explicitamente, o capital intelectual, este, passa a ser considerado como elemento de *goodwill*.

Segundo Padoveze (2000, p. 11), “as medidas sugeridas pelos estudiosos até o momento são medidas similares às utilizadas para o *goodwill* [...] ou seja, a mais aceita tem sido entender que o valor do capital intelectual reside no valor da empresa que excede os ativos tangíveis.”

Antunes e Martins (2002, p. 3), também corroboram este posicionamento:

[...] o Capital Intelectual é um conjunto de elementos que ajuda a empresa a passar a valer mais do que vale a soma algébrica dos seus elementos patrimoniais tradicionais. Logo, é parte do *Goodwill* como um todo. Este é formado, assim, pelo Capital Intelectual da empresa, pelo valor da tecnologia, da sinergia decorrente da junção de diversos ativos, do nome da empresa ou de uma marca que detenha e outros fatores que criem essa nova valia.

Ou autores complementam:

O Capital Intelectual é parte integrante do Goodwill, há séculos tratado pelos estudiosos e profissionais da Contabilidade e, portanto, não é um conceito novo para a Contabilidade[...]. É apenas a identificação mais específica de algumas razões desse valor maior do todo que a soma das partes.(ANTUNES e MARTINS, 2002, p. 3).

Ao se analisar esta afirmação, constata-se que os autores vão mais longe do que o estabelecimento desta relação: mencionam a existência tanto do elemento intangível adquirido como do criado, ao manifestarem que a empresa passa a valer mais do que vale a soma algébrica dos seus elementos patrimoniais tradicionais (adquirido) quando, acredita a autora desta monografia, da geração de riqueza patrimonial (criado).

Outra forma de estabelecer a relação existente entre capital intelectual e goodwill,

haja vista serem ativos de natureza intangível, também é apresentada por Antunes e Martins (2002, p.2), “o valor do *goodwill* de uma empresa estará sempre relacionado com a capacidade de geração de lucros dessa empresa, da mesma forma que o capital intelectual.”

Conforme Johnson (apud EDVINSSON e MALONE 1998, p. 3), “[...] o capital intelectual esconde-se no interior do mais misterioso lançamento contábil, aquele referente a *goodwill*.”

A diferença, ele afirma, é que, tradicionalmente, o goodwill ressaltava ativos incomuns, mas existentes, como as marcas registradas. Em comparação, ele continua, o capital intelectual abrange ativos mais difíceis de serem expressos, como a capacidade de uma empresa aprender e adaptar-se.

Tendo sido estabelecida esta relação, por meio do entendimento do conceito destes elementos de natureza intangível, cabe, conforme sinalizado na introdução, oferecer uma proposta de inserção destes elementos nas demonstrações contábeis. Para tal, recorre-se novamente à reflexão teórica de ativo diferido, uma vez que se acredita ser este subgrupo do ativo patrimonial capaz de acolher estes elementos de natureza intangível como será visto por sua definição.

Os ativos intangíveis muitas vezes são reconhecidos pela sua classificação contábil no ativo diferido. É o caso dos gastos de implantação e pré-operacionais. Segundo Sá (2002, p. 25) “nas normas Brasileiras, os gastos de implantação e pré-operacionais são classificados no ativo diferido, conforme o art. 179 da Lei das Sociedades por Ações [...]”.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 200, grifo nosso) conceituam ativo diferido como:

Os ativos diferidos caracterizam-se por serem ativos intangíveis, que serão amortizados por apropriação às despesas operacionais, no período de tempo em que estiverem contribuindo para a formação do resultado da empresa. Compreendem despesas incorridas durante o período de desenvolvimento, construção e implantação de projetos, anterior a seu início de operação. Incluem as despesas incorridas com pesquisa e desenvolvimento de

produtos, com implantação de projetos mais amplos de sistemas e métodos, com reorganização da empresa e outras. A condição para seu diferimento é que, sempre, haja razoável segurança da realização futura desses saldos diferidos por meio de receitas que venham cobrir custos e despesas futuras e gerem margem para atender à amortização desses diferidos e à depreciação dos bens do imobilizado correspondente.

Como se pode perceber os autores caracterizam os ativos diferidos como ativos intangíveis. Portanto, é cabível aceitar que o registro desses ativos seja realizado pela contabilidade, sem que sejam denominados ativos intangíveis.

3 UMA PROPOSTA DE ACOLHER OS CONCEITOS DE *GOODWILL* E CAPITAL INTECTUAL NO ATIVO DIFERIDO

Inicialmente resgata-se a classificação quanto à natureza dos ativos como ponto de partida das discussões a seguir desenvolvidas, conforme visualizado na figura 5.

QUANTO À NATUREZA DOS ATIVOS	
Ativo Tangível	Ativo Intangível

Figura 5: Natureza dos ativos

Fonte: Ensslin e Turnes, baseadas em Iudícibus, Martins e Gelbcke (2002).

Ao analisar-se a Figura 5, percebe-se que os ativos de uma organização consistem em bens tangíveis e intangíveis, conforme citação de Vasconcelos e Silva (2002, p. 44) da página 19 deste trabalho.

Fundamenta-se também na argumentação de Iudícibus (1987, p. 195):

[...] consideramos que no balanço, no lado do ativo, poderiam existir apenas dois grandes subgrupos: ativo circulante e ativo não circulante. Neste último colocaríamos os recebíveis de longo prazo, o ativo imobilizado, os investimentos financeiros de longo prazo, os intangíveis (muitos dos ativos considerados no diferido pela Lei das S.A., na verdade são de natureza intangível), e outros.

Baseando-se nessas citações, propõe-se sua tradução gráfica, no sentido de, inicialmente, apresentar um paralelismo entre as classificações de ambas as naturezas.

Cabe ressaltar que a classificação dos elementos de natureza tangível é analisada pelo *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações* (2002, p. 132), enquanto a classificação dos elementos de natureza intangível é proposta pela autora.

CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS	
<p>Ativo Tangível Investimentos Participação Permanente em Outras Sociedades</p> <p style="text-align: center;">Avaliadas pelo MEP Controlada Coligada</p>	<p>Ativo Intangível Ativo Diferido Goodwill</p> <p style="text-align: center;">Capital Intelectual Capital Humano Capital Estrutura Interna Capital Estrutura Externa</p>

Figura 6: Exemplo de paralelo entre as nomenclaturas dos ativos de natureza tangível e intangível.

Fonte: Ensslin e Turnes, baseadas em Iudícibus, Martins e Gelbcke (2002).

A partir da Figura 6, alguns comentários merecem ser feitos, a fim de promover um esclarecimento sobre como os ativos intangíveis podem ser reconhecidos e evidenciados na contabilidade, assim como os ativos tangíveis, pois, de acordo com o *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações* (2002), os ativos diferidos são ativos intangíveis. Portanto é possível adotar o procedimento apresentado.

Neste momento, é interessante apresentar a figura 7, com o propósito de desmistificar: ativos intangíveis *goodwill* e capital intelectual.

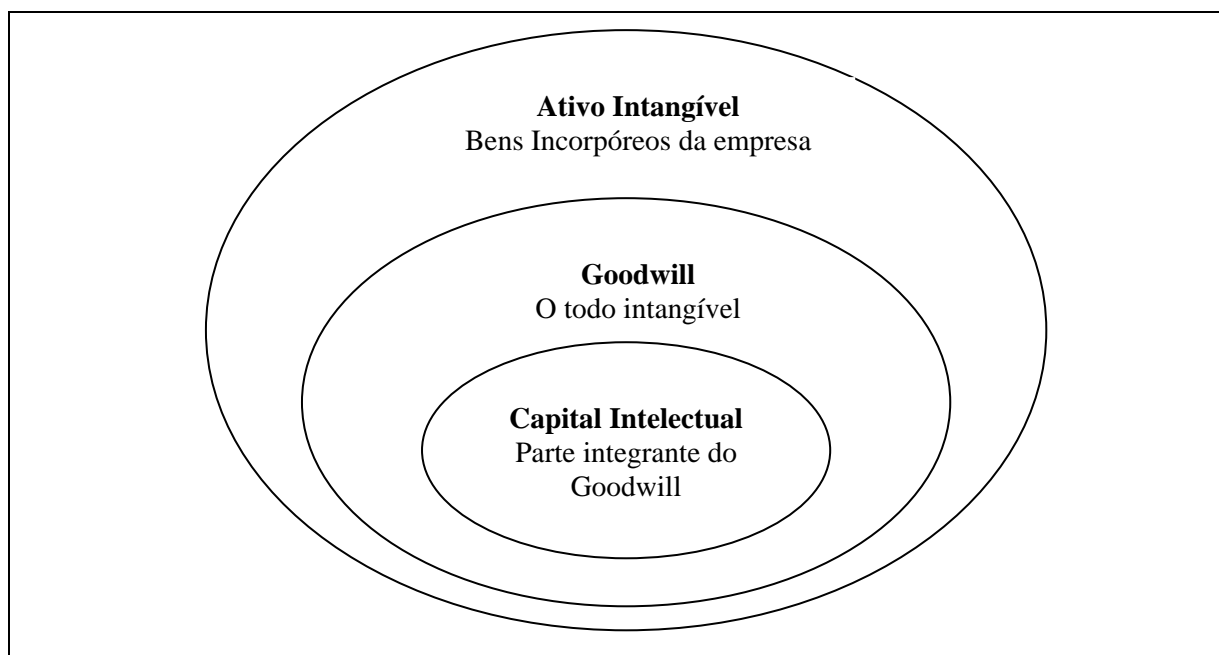


Figura 7: Ativos intangíveis, goodwill e capital intelectual

Fonte: Turnes e Ensslin

A figura 7 apresenta os intangíveis, a qual inclui o *goodwill* e o capital intelectual como ativos intangíveis. Por sua vez, o *goodwill* engloba em seu valor vários outros ativos intangíveis, os quais não possuem uma identificação específica. Por sua vez, o capital intelectual situa-se como parte integrante do *goodwill*. Segundo Antunes e Martins (2002, p. 5), “o capital intelectual é um conceito que identifica e agrupa elementos intangíveis que pertencem ao *Goodwill* [...]”. Tendo estes conceitos estabelecidos, propõe-se a evidenciação dos elementos intangíveis quando de sua ocorrência.

Assim sendo, baseando-se no referencial explorado, e na proposta de classificação dos ativos de natureza intangível informados pelas figuras 5 e 6, a autora propõe que estes ativos sejam evidenciados no ativo diferido. Por exemplo: caso a empresa invista em marca, o valor do registro da marca pode ser evidenciado no ativo diferido, conforme demonstra a figura 8:

Empresa X	
D – Marca Capital Estrutura Externa Capital Intelectual <i>Goodwill</i> Adquirido Ativo Diferido	
C – Caixa	R\$ 100.000

Figura 8: Proposta de contabilização dos ativos intangíveis

Fonte: Turnes e Ensslin

Cumprе salientar que o recorte feito pela autora para demonstrar este capital, refere-se ao *goodwill* objetivo/adquirido. Ou seja, o *goodwill* proveniente do desembolso. Entretanto, a autora, mesmo ciente e aceitando a existência do *goodwill* criado/subjetivo, que posteriormente pode ser gerado, considera não possuir bagagem suficiente, com uma sólida fundamentação, para propor a evidenciação destes ativos de natureza intangível, provimento de geração de riqueza patrimonial, o que recomenda para futuras pesquisas.

4 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Atualmente, os ativos intangíveis são um dos temas mais polêmicos no âmbito da contabilidade, em virtude de assumirem relevante posição na situação patrimonial das empresas. No entanto, na era do conhecimento, os demonstrativos contábeis, instrumentos responsáveis pela evidenciação das mutações patrimoniais das empresas, não estão, em algumas organizações, demonstrando a verdadeira situação patrimonial.

Como forma de minimizar as deficiências que a contabilidade enfrenta, pesquisadores e estudiosos publicam livros e artigos, com o intuito de promover um esclarecimento e encontrar soluções para o não registro dos ativos intangíveis na contabilidade.

Em consequência, ocorre uma confusão de idéias em relação aos conceitos de ativos intangíveis, principalmente no tocante a goodwill e capital intelectual, elementos de natureza intangível de maior destaque na contabilidade, pois não existe um posicionamento definitivo quanto a esses conceitos.

O goodwill, principal ativo de natureza intangível no patrimônio, engloba, em seu valor, vários outros ativos intangíveis, os quais representam um dos elementos de determinação do valor da empresa. Já o capital intelectual, elemento pouco associado à teoria da contabilidade, revela-se como elemento integrante do goodwill.

Diante do exposto, espera-se que tenha alcançado os objetivos propostos, identificando os conceitos de goodwill e capital intelectual, com base na literatura contábil, a fim de desmistificá-los.

Através da análise dos resultados, foi possível perceber a importância do capital intelectual para a contabilidade, pois ele é elemento integrante do *goodwill* e, muitas vezes, responsável pelo crescimento da entidade.

Neste contexto, a autora, pela bibliografia pesquisada, sugere a evidenciação destes ativos, de natureza intangível e adquiridos, no subgrupo da evidenciação/mensuração do ativo diferido. O capítulo 3 desta monografia foi construído com o propósito de validar esta sugestão.

Cumprido esclarecer que a autora está ciente de que críticas a esta construção e sugestão serão feitas. Atitude esta que está sendo esperada, uma vez que a partir de manifestações e discussões é que se torna possível, inicialmente, construir conhecimento, para, posteriormente, estabelecer-se senso comum.

O presente estudo teve, também, a preocupação de propor a evidenciação dos ativos intangíveis, especificamente o goodwill adquirido, na contabilidade, com o intuito de contribuir com idéias que já existem, e procurando auxiliar a contabilidade nessa nova economia.

Recomenda-se novas pesquisas sobre o reconhecimento dos ativos intangíveis, principalmente o goodwill subjetivo, para que eles possam fazer parte das demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MARTINS, Eliseu. O capital intelectual integra o Goodwill. **IOB – Informações Objetivas**, Temática Contábil e Balanços, n. 51, p. 1-6, 3º semana, dez. 2002.

EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. **Capital Intelectual**. Tradução Roberto Galman. Revisão Técnica Petros Katalifós. São Paulo: Makron Books, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Daniela Justin. **Ativos intangíveis: uma contribuição ao cálculo do Goodwill de uma empresa de telecomunicações**. 2003. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da ciência**. Rio de Janeiro: Kennedy Editora e Distribuidora Ltda., 1974.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IASC. **Normas internacionais de contabilidade**. Traduzido pelo IBRACON. São Paulo: Atlas, 1980

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade por ações: aplicável as demais sociedades**. 5.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

_____; MARION, José Carlos.; PEREIRA, Elias. **Dicionário de termos de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

LEV, Baruch. A matemática da nova economia. **HSM Management**, mai./jun. 2000.

LIMA, Walcir Gonçalves de. Capital Intelectual e a Contabilidade. **Revista de Contabilidade – CRC/SP**, São Paulo, ano V. n. 16, p. 15 – 29, jun. 2001.

_____. **Reflexões sobre o ativo intangível**. Disponível em: <http://www.fipecafi.com.br/public_artigos/marion/ativointangivel.pdf>. Acesso em: jan.2003.

MONTEIRO, Andréa Alves Silveira; COELHO, Fabiano Simões. Ativo intangível – uma abordagem teórica. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 12, p. 4-10, mai./jul.2001.

MONOBE, Massanori. **Contribuição à mensuração e contabilização do goodwill não adquirido**. 1986. 183f. Tese de Doutorado – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. 1986.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. Aspectos da gestão econômica do capital humano. **Revista de Contabilidade – CRC/SP**, São Paulo, ano VI, n. 20, p. 6-20, jun. 2002.

REY, Luis. **Planejar e redigir trabalhos científicos**. São Paulo: Blucher, 1993.

SÁ, Antônio Lopes de. Ativo intangível e potencialidade dos capitais. **Revista de contabilidade – CRC/SP**, São Paulo, ano IV, n.13, p. 39 – 46, set. 2000.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luis dos. **Avaliação de ativos intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Rômulo Soares da. **Goodwill, avaliação e reconhecimento**. 2001. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.

SVEIBY, Karl Erik. **A nova Riqueza das Organizações**. Tradução de Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia; SILVA, Cleide Carneiro Alves da. Avaliação de ativos: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano XXXI, n. 137, p. 41-57, set./out.

WERNKE, Rodney. Mensuração de custos intangíveis. **Revista de Contabilidade do CRC/SP**, São Paulo, ano V, n. 16, p. 30-41, jun. 2001.

